

Popularização da radiodifusão comunitária: no ar Rádio Nova Cidade!

Introdução

Este artigo tem como objetivo traçar as linhas básicas do que é rádio comunitária e fazer um estudo de caso da Rádio Nova Cidade, uma rádio comunitária, localizada no bairro Cecap, na cidade de Piracicaba – SP.

Conceituar radiodifusão; transmissão OM, OT, FM e OC; e rádio comercial, educativa e comunitária também faz parte deste estudo; além de trazer, brevemente, um histórico da radiodifusão no país até o aparecimento das rádios livres, que traz a tona a discussão sobre quem tem direito e quem pode fazer uma transmissão pelas ondas radiofônicas.

Em seguida vem um estudo da Rádio Nova Cidade, como se deu seu surgimento, sua programação e equipamento utilizado nos estúdios.

No quesito programação traz a questão se realmente atende o que a lei propõe ou se apenas copia o que as rádios comerciais já fazem, sem trazer a questão de conscientização da população atendida pelo veículo.

Radiodifusão e sua transmissão

A radiodifusão é a transmissão de som (rádio) ou de sons e imagens (televisão) destinada de forma livre ao público, o que se conhece como “comunicação eletrônica” e acontece em AM (OM, OC, OT) e FM. A área de cobertura deste tipo de serviço pode acontecer de forma local, regional ou nacional.

OM, OC e OT são modalidades de transmissão de amplitude modulada, também conhecida por rádio AM, sendo que OM (Ondas Médias) está na faixa que se estende de 535 kHz até 1 650 kHz; OT (Ondas Tropicais) corresponde a faixa de frequência 3 200 kHz até 5 060 kHz; e a OC (Ondas Curtas) está na frequência de 5 950 kHz até 26 100 kHz¹. Já FM significa *frequência modulada* e corresponde a uma modulação que modifica a frequência da onda portadora, que vai de 87,8 MHz a 108 MHz.

O serviço de radiodifusão no Brasil acontece de duas maneiras: permissão ou concessão. Segundo o site do Ministério das Comunicações, a primeira é dada pelo Ministério das Comunicações e é de caráter local, já a segunda é para outorga de serviço regional e é de responsabilidade do Presidente da República.

Os rádios no Brasil, diante da lei, estão caracterizados de três maneiras: comercial, educativo e comunitário, mas há ainda grupos que defendem a denominação livre.

A rádio comercial é aquela que tradicionalmente podemos ouvir, veiculando propaganda em sua grade de programação, ou seja, que tem mais liberdade para trabalhar a questão comercial, uma vez que pode

¹ Informações de frequência retiradas do site <http://www.mc.gov.br/rtv/radio/fmco.htm>.

locar horários para os patrocinadores, que no começo da história deste veículo de comunicação era conhecido como reclame.

As rádios educativas vêm para resgatar o ideal de Roquete Pinto, quando fundou a primeira emissora em 1923, como se pode verificar mais adiante em sua história, este veículo de comunicação tinha caráter instrutivo, com transmissão de óperas e palestras. A concessão é dada preferencialmente a municípios, União Federal, Distrito Federal e universidades brasileiras, conforme estabelece a lei de radiodifusão brasileira. Também podem conseguir o direito as fundações particulares com finalidade educativa.

Por fim, existem as rádios comunitárias, objetivo principal de discussão deste artigo. Elas surgiram após ampla discussão entre a comunidade civil e o governo federal, podendo ter a concessão associações comunitárias ou fundações particulares com finalidades comunitárias.

Brevíssima história do rádio no Brasil

O rádio no Brasil começou oficialmente em 1922², quando foi feita a primeira transmissão radiofônica no Rio de Janeiro, durante comemoração do centenário da Independência do país. Eptácio Pessoa, então presidente, foi o pioneiro em usar o microfone em uma emissora instalada pela Westinghouse, com transmissor de 500 watts instalado no alto do Corcovado e 80 receptores importados para a ocasião (ORTRIWANO, pág. 13).

Desta data em diante surgiram várias estações de rádio, sendo que a primeira foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquete Pinto e Henry Morize, em 20 de abril de 1923, em AM (amplitude modulada).

O rádio veio com caráter educativo, transmitindo óperas e palestras. Somente na década de 30 é que este veículo tem sua primeira grande transformação e passa a ser comercial, quando surge, em 1931, o primeiro documento sobre radiodifusão brasileiro. Somente com o Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, que regulamentou o Decreto nº 20.047, são permitidas as inserções publicitárias, mas não poderiam ultrapassar 10% de toda a programação.

A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era ‘erudito’, ‘educativo’, ‘cultural’ passa a transformar-se em ‘popular’, voltado ao lazer e à diversão. O comércio e a indústria forçam os programadores a mudar de linha: para atingir o público, os ‘reclames’ não podiam interromper concertos, mas passaram a pontilhar entre execuções de música popular, horários humorísticos e outras atrações que foram surgindo e passaram a dominar a programação. (ORTRIWANO, pág. 15)

Neste momento este que era considerado um novo veículo de comunicação passa a se tornar popular, principalmente na década de 40, considerada a Era de Ouro do rádio brasileiro. Época em que surgiram

grandes nomes como locutores e cantores, que lotavam os programas de auditório, além da primeira radionovela, em 1942, “Em Busca da Felicidade”, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Com o advento da televisão, no ano de 1950, os profissionais migram de um veículo para o outro e o rádio procura uma nova linguagem.

Num primeiro momento é considerada a época do vitrolão, pois o faturamento era menor, as notícias passam a ter mais espaço na grade de programação e a necessidade de atender reivindicações locais e regionais dos ouvintes passa a ser valorizada. As emissoras das grandes cidades se especializam, enquanto as do interior apresentam programação variada.

Dois aspectos tecnológicos surgem para marcar a história do rádio no Brasil. Um deles é o transistor, um componente eletrônico criado pelos cientistas norte-americanos Eilliam Shockley, John Bardeen e Walter Brattain, no ano de 1947. O outro é que na década de 60 surgem as primeiras emissoras FM (frequência modulada) no país.

O rádio assume a tendência à programação musical. Mas a Rádio Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, consegue inovar e coloca no ar os serviços de utilidade pública em 1959, o que atrai os ouvintes até hoje em rádio AM.

Rádios livres

Tudo caminha sem problemas no mundo radiofônico brasileiro, até que na década de 80 as rádios livres passam a ganhar destaque no noticiário nacional, pois elas não tinham a concessão dada pelo governo federal para atuar, como manda a lei deste país. Nesta década surge no país a questão da democratização dos meios de radiodifusão, mas o que seria isto para a radiofonia?

Deste que o veículo rádio chegou no país, sua legalização começou com o governo dando concessão para que uma estação ocupasse o *dial* (a sintonia). Mas surgem grupos que defendem a idéia de que o Ministério das Comunicações tem que vistoriar se uma rádio não está interferindo na transmissão da outra e não ser ele quem dá a uma determinada pessoa o direito a uma concessão de rádio.

Buscando um espaço para curtir um estilo específico de música – o rock – no ano de 1981, na cidade de Sorocaba, surgem várias rádios consideradas ilegais, popularmente denominadas de *piratas*³, pois os garotos estavam cansados da mesmice das FMs oficiais. Em 1983 eram mais de 40 rádios nesta cidade (MACHADO, pág. 17). Descobre-se, então, uma maneira fácil e barata de ter um veículo de comunicação e um espaço para a população falar, nas vésperas da abertura política do Regime Militar, imposto em 1964 através de golpe de estado.

² Existem autores, como Walter Sampaio, que indicam o rádio no Brasil surgiu em Recife, em 6 de abril de 1919, quando foi importado um transmissor da França e inaugurada a Rádio Clube de Pernambuco, por Oscar Moreira Pinto, que se associou depois com João Cardoso Ayres e Augusto Pereira.

³ O termo *rádio pirata* surgiu nos anos 50, quando algumas emissoras americanas de rádio queriam entrar no mercado da Grã-Bretanha. Para isto, instalaram estações de rádio em barcos, que ficaram fora da fronteira e assim conseguiam burlar a tutela estatal. Eram *piratas* porque estavam em barcos e porque queriam roubar o “ouro” que os lucros publicitários podem trazer.

Sorocaba serve como um *boom* para o surgimento de outras rádios livres, que não queriam apenas tocar música, mas contestar e questionar o regime do monopólio estatal, que só visavam a questão comercial. “Ao contrário, o intuito é o de chamar a atenção para a democratização das faixas de ondas” (MAIA).

As rádios livres também surgiram em outros países, com objetivos iguais ou semelhantes. Na França e na Itália elas aparecem na década de 70, só que no último país com mais de 30 emissoras.

Na cidade de São Paulo a primeira emissora de rádio livre surge em 1985, denominada de *Xilic*. Daí surgem outras, como a Totó, Ítaca, Molotov, Trip, Tereza, e Se Ligue Suplicy, entre outras tantas.

Diante deste quadro, é formado, em 1989, o Coletivo Nacional de Rádios Livres, em São Paulo, que realiza o 1º Encontro Nacional de Rádios Livres. Neste mesmo ano acontece a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, na cidade de Florianópolis (SC), que tinha como meta a participação na elaboração da Constituição de 1988.

No ano de 1990 surge o Comitê pela Democratização da Comunicação, que se instala tanto na cidade de São Paulo, como Rio de Janeiro. Juntas, essas cidades realizam o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, no ano de 1991. Em pauta, a rádio livre. Nesta ocasião começam as discussões sobre rádio comunitária, que será a próxima discussão deste artigo.

Antes vale lembrar que a Rádio Novos Rumos, que funcionava em Queimados, na baixada Fluminense (RJ), e a Rádio Paulicéia, em Piracicaba (SP) foram fechadas pela polícia federal, no ano de 1992 e tiveram seus equipamentos apreendidos. Na ocasião havia campanha da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) classificando de rádios piratas e de que interferiam nas comunicações de aviões, ambulâncias, bombeiros e polícia por não estarem de acordo com as normas estabelecidas em lei.

Há ainda quem discuta a veracidade destas interferências em meios públicos, conforme citado anteriormente. “Um aparelho transmissor emite ondas que são captadas por um aparelho de rádio. A emissão (ou transmissão) é feita em determinada frequência de ondas” (LUZ). Ainda segundo LUZ, se uma rádio sintonizada em uma frequência modulada (FM), legalizada ou não, mas em uma faixa que vai de 88 a 108 MHz (Mega Hertz), não tem como interferir na transmissão de uma central de polícia, que opera em frequência diferente, ou de avião, que funciona no Serviço Móvel Aeronáutico (SMA), que é de uso exclusivo deste sistema. “O SMA vai de 108 a 132 MHz”, afirma o autor.

Luz escreve em seu artigo que uma rádio sintonizada no início ou no final do dial pode ter um desajuste, gerar harmônicos e espúrios, que são considerados clones incontroláveis do sinal oficial. Para que isto não ocorra, é necessário que a rádio não tenha a sintonia próxima de 88 MHz ou 108 MHz, que os equipamentos estejam ajustados e que as torres de transmissão da estação radiofônica estejam longe de aeroportos. Vale ressaltar que isto serve para rádio legalizada, seja comercial, educativa ou comunitária, e as não legalizadas.

Rádio Comunitária

A radiodifusão comunitária é estabelecida pela lei federal 9.612, de 1998, e regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano. Sua frequência será sempre em FM, com baixa potência – 25 watts – e, segundo lei regulamentadora, deve cobrir o raio de apenas um quilometro a partir da antena de transmissão. A exploração deste serviço está restrita a fundação ou associação comunitária, sem fins lucrativos, com sede na localidade da rádio. Em sua programação também há uma determinação: que seja pluralista, ou seja, sem qualquer tipo de censura e atender a toda população da região em que está fixada.

Talvez o equívoco maior da Lei de Radiodifusão Comunitária seja a restrição do raio de um quilômetro a partir da antena da área de cobertura, conforme está em seu artigo 1º: *a radiodifusão sonora, em frequência modulada, opera em baixa potencia e cobertura restrita*". O tamanho da potencial e a cobertura está explicada nos parágrafos 1º e 2º, conforme se pode observar:

§ 1º Entende-se por baixa potencia o serviço de radiodifusão prestado à comunidade, com potência limitada a um máximo de **25 watts** ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por **cobertura restrita** aquela destinada ao atendimento de determinada **comunidade de um bairro e/ou vila**. (*grifos meus*)

Pelo que está em lei, a definição está restrita a um espaço geográfico e não a uma comunidade de afrodescendente ou uma comunidade religiosa, que pode abranger vários bairros e até mesmo a cidade inteira. Como tentativa de corrigir isto, o Decreto 2.615, de 03/06/98, que regulamenta a Rádio Comunitária, traz:

A cobertura restrita de uma emissora de Radcom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte.

Interpretando o texto, ainda se entende comunidade como espaço físico e não como aspecto cultural, econômico, social, ou qualquer outro meio. A única justificativa que a lei traz é que com o raio de mil metros será possível a instalação de mais de uma rádio comunitária na mesma localidade, assim aumenta o número de informações e opiniões.

A lei de radiodifusão comunitária e o decreto 2615 não proíbem a veiculação de peças publicitárias na programação, mas a Norma nº 2 traz em seu Inciso XV do Subitem 15:3: *são puníveis com multa as seguintes infrações na operação das emissoras do Radcom: XV – transmissão de propaganda ou publicidade comercial a qualquer título*.

Entretanto a Lei 9.612, no artigo 18, diz que as emissoras de radiodifusão comunitária podem admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, só que os estabelecimentos comerciais devem estar na área da comunidade que o veículo atende.

Estas talvez sejam os principais problemas apontados no serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, uma vez que compete propriamente com as rádios comerciais, com mais liberdade de trabalhar.

Mesmo com certas imposições da Lei de Radiodifusão Comunitária, existe associações e fundações que se habilitam para a prestação deste tipo de serviço, entram no site do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br) e preenchem todos os pré-requisitos exigidos, que são:

- estatuto da entidade, devidamente registrado;
- ata da constituição da entidade e eleição dos dirigentes, devidamente registrada;
- prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos;
- comprovação da maioria dos diretores;
- declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
- manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do Serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

Rádio Nova Cidade

Na cidade de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amigos do Cepak entrou com pedido de autorização, competiu com pelo menos quatro outros grupos, e levou vantagem, pois foi autorizado pelo Ministério das Comunicações a concessão. Desde 15 de novembro de 2003 a Rádio Nova Cidade, 90,9 FM, está no ar!

A rádio comunitária não pode perder sua origem, que é a utilidade pública, a informação, a participação de ouvintes. Tudo que engloba a comunidade tem que ser trabalhado, mas numa linguagem profissional. (CAMARGO)

Assim Adilson Camargo, diretor artístico da rádio, introduziu o que significa para a diretoria da Rádio Nova Cidade trabalhar com rádio comunitária em bairro da periferia da cidade de Piracicaba.

Esta é a primeira rádio comunitária legalizada na cidade, apesar de haver a Black-out, localizada na faixa 99 do *dial*, em frequência modulada, que funciona com medida provisória, o que impede seu fechamento. A cidade ainda conta com mais três estações de frequência modulada, Rádio Educadora (retransmissora da Jovem Pan), Rádio Difusora e Rádio 97 FM (arrendada desde 2002 para a Igreja Universal do Reino de Deus), além da Educativa FM, que pertence a Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba. Já em frequência modulada existem outras três: Educadora, Difusora e Alvorada.

O processo de legalização da Nova Cidade teve início no ano 2000, como mentor Adilson Camargo. Para concorrer foi estabelecida a Associação Comunitária e Cultural Amigos da Cepak, sem vínculo partidário ou religioso, que viria a se tornar a mantenedora da rádio. Ela concorreu com o Sindicato dos Municipais, uma Igreja Assembléia de Deus, a Paróquia Santana e uma associação localizada no bairro Vila Rezende (CAMARGO).

Vencida concorrência, rádio no ar, primeiro problema prático: uma rádio não legalizada, atuando em 88 FM, interferia na programação. A diretoria da Associação decidiu conversar com o dirigente, um pastor,

que mudou sua sintonia, mas ainda continua atuando na ilegalidade na cidade e sem buscar uma maneira de atuar, mesmo como medida provisória.

Para sobreviver a Nova Cidade conta com apoio cultural, como reza a lei que legaliza a radiodifusão comunitária, mas, segundo CAMARGO, não traz valores dos produtos anunciados, pois são parcerias com empresas do bairro. *Não posso invadir a praia das rádios poderosas. Até porque considero uma disputa desleal. Como vou disputar?* (CAMARGO).

Além disto, a Associação Comunitária e Cultural Amigos da Cecap também criou o Clube de Ouvintes, baseada na rádio Aparecida, da cidade de Aparecida do Norte (SP). Atualmente conta com trinta sócios contribuintes, no valor estipulado pela diretoria de R\$ 5,00. Como incentivo é realizado mensalmente, no quinto dia útil do mês, o sorteio de uma cesta básica com eles e uma outra é doada aos Vicentinos, grupo de voluntários da Igreja Católica do próprio bairro.

Programação

A rádio Nova Cidade está no ar 24 horas por dia, com a seguinte programação:

Segunda-feira a Sexta-feira	
4 às 9 horas	Sertanejo Nova Cidade – apresentação Pijé (metalúrgico aposentado);
9 às 11 horas	A Cidade na Rádio – apresentação Silvestre Dílio (utilidade pública, notícias da comunidade, entrevistas, músicas de MPB e sambas);
11 às 12 horas	Programa Evangélico (apresentado por pastor da Igreja Quadrangular);
12 às 13 horas	Musical instrumental, sem locução;
13 às 16 horas	Musical variado (intercala-se músicas nacionais e internacionais, dos anos 80 para cá), sem locução;
16 às 18 horas	Sertanejo Nova Cidade – sem locução;
18 às 19 horas	Nordeste Pra Frente – apresentação Expedito Andrade (músicas nordestinas);
19 às 20 horas	Hora do Brasil
20 às 22 horas	Musical variado – sem locução;
22 às 4 horas	Só música romântica, sem locutor (intercala-se nacional e internacional e resgata sucessos dos anos 60, 70, 80 e 90)

No sábado a rádio traz poucas mudanças, sendo que das 13 às 14 horas tem *60 Minutos com o Rei*, momento que só toca música do Roberto Carlos, a apresentação é de Toni Mescoloti. Outra mudança é das 19h30 às 20h30, que transmite a missa da Paróquia Santa Clara.

No domingo segue praticamente a mesma grade de durante a semana, alterando o horário das 4 às 9 horas, que continua com o programa Sertanejo Nova Cidade, mas com apresentação do Garcia (metalúrgico); das 9 às 12 horas programa de auditório, feito no Centro Comunitário do Cecap, sendo das 9 às 10 horas apresentação do Santão do Monte Alegre, com apresentação de cururu e das 10 às 12 horas sertanejo raiz e popular, apresentado pelo Galileu, da dupla sertaneja Galileu e Samaritano. Por fim, das 20 às 21 horas, o

programa Conexão Jovem, apresentação Cleiton Barioto, com linguagem jovem e dicas e toques para este público, além de música direcionada.

Valor de equipamentos

Depois de liberada a concessão, a Associação Comunitária e Cultural Amigos da Cecap teve seis meses para adequar e colocar em funcionamento a rádio Nova Cidade. Para isto foram gastos aproximadamente R\$ 15 mil, ressaltando que o processador de áudio Apel foi doado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba. Para uma rádio comercial é necessário cerca de R\$ 200 mil⁴.

Considerações finais

Voltando a atenção para a programação da rádio Nova Cidade de Piracicaba (SP) pode se observar que não há muita diferença na programação dela e uma rádio comercial popular em frequência modulada. Ainda mais se comparado com a Lei nº 9.612, que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária e traz:

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento feral da comunidade;
- II – promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comundiade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- III – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IV – não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

Analisando a grade de programação da rádio, durante às 24 horas que fica no ar, apenas duas (cerca de 8,5%) estão voltadas para discussão das questões do comunidade que atende, que é o bairro periférico do Cecap, próximo da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Neste programa também se toca música, o que teoricamente reduz o tempo de discussão dos problemas do local.

CAMARGO disse que o ouvinte-morador tem espaço para falar na Nova Cidade, porém antes vai passar por uma espécie de triagem de um dos seus diretores. Para ele, não dá para fazer o que se discute na academia, que prega a necessidade de cada ouvinte falar o que quer e o que deseja, pois vira bagunça e a qualidade da programação pode ficar abaixo do esperado pelos ouvintes.

A rádio livre, que se tornou em lei como rádio comunitária, perde sua origem a partir do momento em que a entidade ou fundação que tem o direito a concessão passa a copiar a programação da rádio comercial, ou invés de buscar uma própria e até mesmo sua linguagem única.

⁴ Valor estimado pelo técnico Juliano Jéferson Vilani, da rádio Jovem Pan Piracicaba.

Ela nasceu para tocar o que as outras rádios não tocavam, uma vez que na década de 80, quando explodiram no Brasil as rádios livres como um espaço para o estilo musical rock. Toca musica popular, sem preconceito algum, como qualquer outra rádio é não buscar uma forma comunitária de fazer rádio, mesmo que seja para atender um espaço geográfico como determina a lei.

A Nova Cidade não traz nenhum bloco que tenha o trabalho de conscientizar a população quanto aos seus direitos como cidadão pensante e economicamente ativa. A rádio deve ser feita com a comunidade, não para a comunidade, ai merece ganhar a terminologia de rádio comunitária.

Bibliografia

Livros

CÉSAR, Cyro. Como falar no rádio: prática de locução AM e FM. São Paulo: Editora Ibrasa, 1990.

KOPPLIN, Elisa e FERRARETO, Luis Artur. Técnicas de redação radiofônica. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzato, 1992.

MACHADO, Arlindo, CAIO, Magri, MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 184 p.

MOREIRA, Sônia Virgínia. O Rádio no Brasil. Rio de Janeiro: Riofundo, 1991.

NEVES, Paulo. Mixagem: o ouvido musical do Brasil. São paulo: Funarte/Max Limonad, 1985, coleção A Ciência da Abelha.

NUNES, Monica R. Ferrari. O mito no Rádio. São Paulo: AnnaBlume, 1993.

ORTRIWANO, Gisela S. A Informação no Rádio. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SILVA, Julia Lucia de Oliveira Albano. Rádio: oralidade mediatizada. São Paulo: Editora AnnaBlume, 1999.

TAVARES, Reynaldo C. Histórias que o rádio não contou. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

Publicações avulsas

MARTA, Maia. *Histórias do Rádio no Brasil*. Piracicaba: Unimep / Curso Rádio e TV. 12p.

Entrevista

CAMARGO, Adilson. *Rádio Nova Cidade*. 2004. Entrevista concedida a Renata Perazoli.

Sites

ENTREVISTA: Sebastiao Santos. [Internet]. 08 abril 2004. Disponibilidade via www.radiovivarior.com.br/site1/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm=87&sid=2. [20 abril 2004].

GUIMARAES, Thiago. *Comunicação Comunitária – a voz da periferia*. Disponibilidade via www.comunique.se.com.br/conteudo/newsshows.asp?editoria=237&idnot=14574. [20 abril 2004].

LOPES, Ismael. *Os (dês)mandamentos da Radiodifusão Comunitaria*. Via www.

LUZ, Dioclécio. *Interferência de emisoras em aeronaves*. [Internet]. 07 ago 2001. Disponibilidade via www.radiomuda.hpg.ig.com.br/interfer.htm. [14 jun 2004].

Trabalhos apresentados em eventos

MAIA, Marta Regina. *Rádio Camponesa: a reforma agrária do ar*. In: XXI Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação – Intercom. Recife, 7 a 16 set.. 1998. Texto apresentado no grupo de trabalho Rádio.

SOUZA, Anaelson Leandro. *O rádio comunitário e a sua municipalização: o caso de Nova Ferradas – Itabuna (BA)*. In: XXV Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação – Intercom. Recife, 1 a 5 set.. 2002. Texto apresentado no grupo de trabalho Rádio.

Lei

Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 – regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária.

Anexo

Equipamentos para montagem da rádio Nova Cidade

- processador de áudio Apel, que foi doado pela Prefeitura Municipal de Piracicaba
- programa PSDigital e computador Pentium 3 – R\$ 5 mil
- torre montada R\$ 1 mil
- transmissor Teletronix 25 watts – R\$ 2 mil
- Gerador stereo Teletronix – R\$ 699,00
- Mesa de som Cicloton – R\$ 700,00
- 2º computador Pentium 3 (para montar estúdio de gravação) – R\$ 3 mil
- antena Teletronix – R\$ 200,00
- isolamento acústico Sonex – R\$ 2 mil
- acervo com duas mil músicas – R\$ 0,20 cada
- 20 vinhetas gravadas e editadas para a Rádio – R\$ 300,00

Equipamentos necessários para uma rádio FM:

- transmissor MTA 10 mil watts (22 mil watts de saída) – R\$ 88 mil
- antena Tell 4 elementos – R\$ 20 mil
- cabo coaxial de antena (40 metros) – R\$ 4 mil
- antena autoportável 33 metros altura – R\$ 20 mil
- link MTA – R\$ 5 mil
- mesa 8 canais para bloadcasting (transmissão) nacional BBTECH – R\$ 6 mil
importado Auditronix R\$ 30 mil
- 2 microfones Newmann – R\$ 15 mil
- computador Pentium 4, com placa de som, R\$ 5 mil
- Programa PSDigital – R\$ 1,500,00
- Amplificador Pionner – R\$ 350,00
- Híbrida (ligar telefone) – R\$ 300,00
- 2 aparelhos de CD profissional Dennon – R\$ 3 mil
- um aparelho de MD – R\$ 1 mil
- móveis (projeto e feítio) – R\$ 4 mil
- Acabamento estúdio (pintura e isolamento acústico) – R\$ 4 mil
- Fiação e conectores – R\$ 2 mil
- Processador de som MTA – R\$ 5 mil